Operação na TI Kayapó causa prejuízo ao garimpo ilegal

Foto:Reprodução | A ação cumpre decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF 709, que determina a retirada de invasores de terras indígenas.

A ação integrada de mais de 20 órgãos federais, inutilizou 1.384 estruturas ilegais, causou prejuízo milionário ao garimpo e reduziu em 95% os alertas de desmatamento na Terra Indígena Kayapó.

A primeira etapa da Operação de Desintrusão da Terra Indígena Kayapó (OD-TIKAY), no Pará, foi concluída com resultados significativos no combate ao garimpo ilegal e na proteção dos povos indígenas da Amazônia. Com atuação integrada de mais de 20 órgãos federais, a operação inutilizou 1.384 estruturas ilegais – mais que o dobro da meta inicial de 650 alvos – e impôs um prejuízo estimado de R$ 97,3 milhões às atividades criminosas.

Liderada pela Casa Civil da Presidência da República, a ação também resultou em uma queda de 96% nos alertas de garimpo e de 95% no desmatamento na região, reforçando o compromisso do governo com a preservação ambiental e a defesa dos povos originários.

“A operação reafirma o compromisso do Governo Federal com a proteção dos povos indígenas, o enfrentamento ao crime organizado e a defesa da Amazônia”, destacou Nilton Tubino, coordenador-geral da OD-TIKAY.

Balanço da operação:

1.384 estruturas inutilizadas, incluindo 967 barracos, 117 acampamentos e 406 motores;

686 ações de campo (terrestres, aéreas e fluviais);
25 escavadeiras hidráulicas destruídas;
R$ 164,5 mil em multas aplicadas;
22,8 mil litros de óleo diesel e 63g de ouro apreendidos;
257 kg de cocaína e 238 kg de pasta-base interceptados em rodovias federais;
4 caminhões apreendidos com 217 m³ de madeira ilegal.

A operação também já mostra efeitos positivos no meio ambiente, com a melhoria da qualidade da água em rios como o Rio Fresco, após a remoção de dragas utilizadas no garimpo.

Permanência e próximos passos

A Força Nacional e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) permanecerão na região para evitar o retorno de invasores. Ao mesmo tempo, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) irá apresentar um plano de sustentabilidade para as comunidades da TI Kayapó no período pós-desintrusão.

“A operação demonstra a importância do Estado proteger os povos indígenas e garantir o usufruto exclusivo dos seus territórios”, afirmou Marcos Kaingang, secretário nacional de Direitos Territoriais Indígenas do MPI.

A ação cumpre decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF 709, que determina a retirada de invasores de terras indígenas como medida urgente para conter a destruição ambiental e proteger a vida dos povos originários.

Sobre a Terra Indígena Kayapó

Homologada em 1991, a Terra Indígena Kayapó abrange 3,28 milhões de hectares em quatro municípios do Pará: São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Cumaru do Norte e Bannach. O território é habitado por 6.365 indígenas dos povos Mebengôkre (Gorotire, Kôkraimôrô, KubenKranKrên) e grupos isolados na região do Rio Fresco.

Terra Indígena Kayapó abrange 3,28 milhões de hectares em quatro municípios do Pará: São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Cumaru do Norte e Bannach. |Foto:Reprodução

Esta foi a oitava operação de desintrusão realizada pelo governo federal desde o início de 2023, incluindo ações em curso na Terra Indígena Yanomami.

Fonte: Agência Gov e Publicado Por: https://www.adeciopiran.com.br em 31/07/2025:18:00:00 Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog https://www.adeciopiran.com.br (93) 98117 7649/ e-mail: mailto:adeciopiran.blog@gmail.com